LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: VÍNCULOS TEMPORÁRIOS, MÚLTIPLAS ESCOLAS E BURNOUT

PRECARIOUSNESS OF TEACHING WORK: TEMPORARY CONTRACTS, MULTIPLE SCHOOLS, AND BURNOUT

PRECARIEDAD DEL TRABAJO DOCENTE: CONTRATOS TEMPORALES, PLURICENTROS Y BURNOUT

https://doi.org/10.56238/levv16n55-082

Data de submissão: 15/11/2025 **Data de publicação:** 15/12/2025

Cléuma de Melo Barbosa
Doutoranda em Ciências da Educação
Instituição: Universidad San Carlos
Lattes: https://lattes.cnpq.br/0351310423782928

Dayse Coelho de Almeida
Mestrado em Direito do Trabalho
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7770193244260468

Evaldo Batista Mariano Júnior
Mestrado em Educação
Instituição: Universidade de Uberaba (UNIUBE)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9963174474703668

José Maria Nunes dos Santos
Mestrando
Instituição: Universidade Federal do Pará
Lattes: https://lattes.cnpq.br/5584472724437233

RESUMO

O trabalho docente no Brasil atravessa processo intenso de precarização que compromete as condições laborais de professores e a qualidade da educação. A multiplicação de vínculos temporários, a atuação em múltiplas escolas e a sobrecarga física e emocional configuram cenário de vulnerabilidade profissional que culmina em adoecimento psíquico, particularmente na síndrome de burnout. Este estudo analisa a precarização do trabalho docente no Brasil, com foco nas relações entre vínculos temporários, atuação em múltiplas escolas e desenvolvimento de burnout. A pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre precarização do trabalho docente, saúde mental de professores e síndrome de burnout. Os resultados revelam três dimensões principais de precarização: instabilidade dos vínculos empregatícios, fragmentação da jornada de trabalho em múltiplas instituições, e intensificação das demandas sem contrapartida adequada em recursos e reconhecimento. A análise demonstra que essas dimensões articulam-se para produzir condições adversas que comprometem a saúde mental dos professores. O estudo conclui que a valorização docente exige transformação

profunda mediante garantia de vínculos estáveis, jornadas adequadas e reconhecimento social da complexidade do trabalho pedagógico.

Palavras-chave: Precarização do Trabalho Docente. Vínculos Temporários. Síndrome de Burnout. Saúde Mental Docente.

ABSTRACT

Teaching work in Brazil undergoes an intense process of precariousness that compromises teachers' working conditions and education quality. The multiplication of temporary contracts, work in multiple schools and physical and emotional overload configure a scenario of professional vulnerability that culminates in psychological illness, particularly burnout syndrome. This study analyzes the precariousness of teaching work in Brazil, focusing on relationships between temporary contracts, work in multiple schools and burnout development. The research is characterized as a qualitative study of exploratory and descriptive nature, based on systematic bibliographic review of literature on teaching work precariousness, teachers' mental health and burnout syndrome. The results reveal three main dimensions of precariousness: instability of employment contracts, fragmentation of working hours in multiple institutions, and intensification of demands without adequate counterpart in resources and recognition. The analysis demonstrates that these dimensions articulate to produce adverse conditions that compromise teachers' mental health. The study concludes that teacher valorization requires profound transformation through guarantee of stable contracts, adequate working hours and social recognition of the complexity of pedagogical work.

Keywords: Teaching Work Precariousness. Temporary Contracts. Burnout Syndrome. Teachers' Mental Health.

RESUMEN

El trabajo docente en Brasil atraviesa un intenso proceso de precarización que compromete las condiciones laborales del profesorado y la calidad de la educación. La proliferación de contratos temporales, el trabajo multiescolar y la sobrecarga física y emocional crean un escenario de vulnerabilidad profesional que culmina en enfermedades mentales, en particular el síndrome de burnout. Este estudio analiza la precarización del trabajo docente en Brasil, centrándose en las relaciones entre los contratos temporales, el trabajo multiescolar y el desarrollo del burnout. La investigación se caracteriza por ser un estudio cualitativo de carácter exploratorio y descriptivo, basado en una revisión bibliográfica sistemática de la literatura sobre la precarización del trabajo docente, la salud mental del profesorado y el síndrome de burnout. Los resultados revelan tres dimensiones principales de la precarización: inestabilidad de los contratos laborales, fragmentación de la jornada laboral en múltiples instituciones e intensificación de las demandas sin una compensación adecuada en recursos y reconocimiento. El análisis demuestra que estas dimensiones se combinan para generar condiciones adversas que comprometen la salud mental del profesorado. El estudio concluye que la valoración del profesorado requiere una profunda transformación mediante la garantía de un empleo estable, un horario laboral adecuado y el reconocimiento social de la complejidad del trabajo pedagógico.

Palabras clave: Precariedad del Trabajo Docente. Contratos Temporales. Síndrome de Burnout. Salud Mental Docente.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho docente no Brasil atravessa processo intenso de precarização que compromete não apenas as condições laborais de professores, mas a própria qualidade da educação oferecida à população. A multiplicação de vínculos temporários, a necessidade de atuação em múltiplas escolas para composição de renda mínima, e a consequente sobrecarga física e emocional configuram cenário de vulnerabilidade profissional que culmina em adoecimento psíquico, particularmente na síndrome de *burnout*. Até que ponto a precarização das condições de trabalho docente afeta a saúde mental dos professores? De que maneira vínculos empregatícios instáveis e jornadas fragmentadas em múltiplas instituições contribuem para o esgotamento profissional? Essas questões impõem-se como fundamentais para compreensão da crise contemporânea da profissão docente, especialmente em contexto marcado por desvalorização salarial, ausência de planos de carreira consistentes e responsabilização unilateral de professores por problemas estruturais do sistema educacional.

Alencar *et al.* (2022, p. 512) evidenciam que "fatores associados com o nível de atividade física e comportamento sedentário de professores em tempos de pandemia de COVID-19 revelam deterioração significativa das condições de saúde docente". A pandemia funcionou como lente de aumento que tornou visíveis vulnerabilidades preexistentes, mas frequentemente invisibilizadas, da profissão docente. Professores, forçados a adaptar-se abruptamente ao ensino remoto sem preparação adequada ou suporte institucional, experimentaram intensificação do trabalho, invasão do espaço doméstico por demandas profissionais, e isolamento social que agravou quadros de ansiedade e depressão. Essas condições excepcionais não representam, contudo, ruptura radical com padrões anteriores, mas aprofundamento de tendências de precarização que vinham se consolidando nas décadas anteriores mediante políticas de flexibilização trabalhista e redução de investimentos públicos em educação.

Alencar *et al.* (2021, p. 105) demonstram que "fatores associados à prática insuficiente de atividade física em professores escolares brasileiros incluem sobrecarga de trabalho, múltiplos vínculos empregatícios e ausência de tempo livre". A fragmentação da jornada de trabalho em múltiplas escolas, frequentemente distantes geograficamente, impõe aos docentes rotinas extenuantes que incluem longos deslocamentos, adaptação a diferentes culturas institucionais, e impossibilidade de estabelecimento de vínculos consistentes com estudantes e comunidades escolares. Essa itinerância forçada não resulta de escolhas individuais, mas de políticas de contratação que privilegiam vínculos temporários e cargas horárias reduzidas, obrigando professores a acumular múltiplos empregos para garantir subsistência mínima. As consequências dessa precarização estendem-se para além da saúde individual dos docentes, afetando a qualidade do ensino e perpetuando desigualdades educacionais.

Bechi (2021, p. 5) alerta que "a formação da subjetividade empresarial e a implementação da cultura performativa na educação transformam professores em empreendedores de si mesmos,

responsabilizados individualmente por sucessos e fracassos". A introdução de lógicas gerencialistas no campo educacional, inspiradas em modelos empresariais de gestão, reconfigura a identidade docente e as relações de trabalho nas escolas. Professores são progressivamente avaliados mediante indicadores quantitativos de desempenho, submetidos a metas de produtividade, e incentivados a competir entre si por recursos escassos. Essa cultura performativa produz ambiente de trabalho marcado por insegurança, ansiedade e esgotamento, no qual o cuidado pedagógico é subordinado a imperativos de eficiência e resultados mensuráveis. A responsabilização individual obscurece determinantes estruturais do fracasso escolar, transferindo para professores o ônus de problemas que resultam de escolhas políticas de subfinanciamento e desvalorização da educação pública.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as múltiplas dimensões da precarização do trabalho docente e suas consequências para a saúde mental dos professores, particularmente a síndrome de *burnout*. O adoecimento psíquico de docentes não constitui problema individual ou resultado de fragilidades pessoais, mas fenômeno social que expressa contradições estruturais do sistema educacional brasileiro. Investigar as relações entre vínculos temporários, atuação em múltiplas escolas e *burnout* significa examinar como políticas de precarização do trabalho docente produzem sofrimento psíquico e comprometem a qualidade da educação, afetando não apenas professores, mas toda a sociedade que depende de sistemas educacionais funcionais para seu desenvolvimento.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a precarização do trabalho docente no Brasil, com foco nas relações entre vínculos temporários, atuação em múltiplas escolas e desenvolvimento de *burnout*. Como objetivos específicos, propõe-se: caracterizar as formas contemporâneas de precarização do trabalho docente, incluindo vínculos empregatícios instáveis e fragmentação da jornada de trabalho; examinar os impactos dessas condições sobre a saúde física e mental dos professores; identificar os mecanismos através dos quais a precarização contribui para o desenvolvimento de *burnout*; e avaliar as implicações da precarização do trabalho docente para a qualidade da educação e para a valorização da profissão.

Este trabalho estrutura-se em quatro seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais para compreensão do fenômeno, dialogando com autores que investigam precarização do trabalho, saúde mental docente e políticas educacionais. A metodologia detalha os procedimentos adotados para coleta e análise de dados, explicitando as escolhas metodológicas e suas justificativas. Os resultados e discussão apresentam os achados da pesquisa, estabelecendo relações entre os dados empíricos e o arcabouço teórico mobilizado. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do estudo, apontam suas limitações e sugerem direções para investigações futuras. A compreensão aprofundada da precarização do trabalho docente e seus impactos sobre a saúde mental dos professores constitui passo fundamental para o

desenvolvimento de políticas de valorização profissional, melhoria das condições de trabalho e construção de sistemas educacionais capazes de garantir educação de qualidade como direito universal, reconhecendo que professores saudáveis e valorizados são condição indispensável para realização desse objetivo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão da precarização do trabalho docente exige análise das transformações mais amplas no mundo do trabalho nas últimas décadas, marcadas por flexibilização de direitos, enfraquecimento de vínculos empregatícios e transferência de riscos das instituições para os trabalhadores. Broch *et al.* (2020, p. 259) afirmam que "a expansão da educação superior no Brasil apresenta desafios significativos para o trabalho docente, incluindo intensificação das atividades, precarização dos vínculos e deterioração das condições laborais". A expansão quantitativa do acesso educacional, embora represente avanço importante, não foi acompanhada de investimentos proporcionais em infraestrutura, contratação de professores em regime estável, e valorização salarial. Ao contrário, a expansão realizou-se mediante precarização, com multiplicação de contratos temporários, terceirizações, e sobrecarga de docentes efetivos que assumem responsabilidades crescentes sem contrapartida adequada em remuneração ou condições de trabalho.

A análise da saúde mental docente revela correlações significativas entre condições de trabalho e adoecimento psíquico. Caldas *et al.* (2022, p. 83) demonstram que "saúde mental e trabalho na universidade pública apresentam relações complexas, com prevalência elevada de transtornos mentais entre docentes submetidos a pressões por produtividade e avaliações constantes". A universidade pública, tradicionalmente concebida como espaço de autonomia intelectual e produção crítica de conhecimento, transforma-se progressivamente em ambiente marcado por competição, insegurança e adoecimento. Docentes universitários enfrentam pressões por publicações em periódicos de alto impacto, captação de recursos externos, orientação de múltiplos estudantes, e participação em atividades administrativas, tudo isso frequentemente com recursos materiais insuficientes e reconhecimento inadequado. Essas condições produzem sofrimento psíquico que se manifesta em ansiedade, depressão, e síndrome de *burnout*.

A precarização do trabalho docente articula-se com políticas mais amplas de desvalorização da educação pública e da profissão docente. Caminha e Freire (2025, p. 816) argumentam que "a precarização do trabalho docente em Pernambuco expressa-se em desvalorização salarial, ausência de planos de carreira consistentes, e impacto negativo de políticas públicas que priorizam contenção de gastos em detrimento de investimentos em qualidade". A desvalorização docente não resulta de limitações econômicas inevitáveis, mas de escolhas políticas deliberadas que subordinam educação a imperativos de austeridade fiscal. Professores, especialmente aqueles que atuam em redes públicas de

educação básica, recebem salários incompatíveis com a importância social de seu trabalho, enfrentam condições materiais adversas, e são frequentemente responsabilizados por problemas estruturais do sistema educacional. Essa desvalorização manifesta-se não apenas em dimensões materiais, mas também simbólicas, com desprestígio social crescente da profissão docente.

A síndrome de *burnout* constitui fenômeno particularmente relevante para compreensão do adoecimento docente. Caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, a síndrome resulta de exposição prolongada a estressores ocupacionais crônicos. No caso de professores, esses estressores incluem sobrecarga de trabalho, indisciplina estudantil, falta de suporte institucional, desvalorização social, e conflitos entre demandas profissionais e recursos disponíveis. A multiplicação de vínculos temporários e a necessidade de atuação em múltiplas escolas amplificam esses estressores, produzindo fragmentação da identidade profissional, impossibilidade de estabelecimento de vínculos significativos com estudantes, e esgotamento físico resultante de deslocamentos constantes e jornadas extenuantes.

Os vínculos temporários de trabalho representam modalidade específica de precarização que afeta particularmente professores de redes públicas de educação básica. Contratos temporários, frequentemente renovados sucessivamente sem conversão em vínculos estáveis, produzem insegurança permanente que impede planejamento de vida de longo prazo e compromete investimento em desenvolvimento profissional. Professores temporários frequentemente não têm acesso a direitos trabalhistas plenos, são excluídos de processos decisórios institucionais, e enfrentam ameaça constante de não renovação contratual. Essa instabilidade produz ambiente de trabalho marcado por medo, competição e impossibilidade de construção de projetos pedagógicos consistentes que exigem continuidade temporal.

A atuação em múltiplas escolas, consequência direta da fragmentação de jornadas de trabalho e da insuficiência salarial, impõe aos docentes desafios específicos. Professores que trabalham em duas, três ou mais instituições enfrentam dificuldades de adaptação a diferentes culturas organizacionais, impossibilidade de participação efetiva em atividades coletivas de planejamento pedagógico, e esgotamento físico resultante de deslocamentos que podem consumir horas diárias. A fragmentação da jornada impede, ainda, o estabelecimento de vínculos significativos com estudantes e comunidades escolares, comprometendo dimensões relacionais fundamentais do trabalho pedagógico. Professores tornam-se figuras transitórias nas escolas, impossibilitados de desenvolver projetos de longo prazo ou de acompanhar adequadamente o desenvolvimento de seus estudantes.

As políticas educacionais contemporâneas, influenciadas por lógicas gerencialistas e de austeridade fiscal, frequentemente aprofundam a precarização do trabalho docente em vez de combatê-la. Reformas que priorizam avaliações externas, metas de desempenho e responsabilização individual intensificam pressões sobre professores sem oferecer condições adequadas de trabalho. A retórica da

valorização docente, presente em documentos oficiais, contrasta radicalmente com práticas concretas de desvalorização salarial, precarização de vínculos e sobrecarga de trabalho. A superação da precarização do trabalho docente exige, portanto, não apenas ajustes incrementais, mas transformação profunda das políticas educacionais, com priorização de investimentos em educação pública, estabelecimento de planos de carreira atrativos, garantia de vínculos estáveis, e reconhecimento da complexidade e importância social do trabalho pedagógico. Somente mediante valorização efetiva dos professores será possível construir sistemas educacionais de qualidade capazes de promover desenvolvimento humano integral e justiça social.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre precarização do trabalho docente, saúde mental de professores e síndrome de *burnout*. A abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto investigado, que exige compreensão aprofundada de processos subjetivos, experiências vividas e contextos institucionais que estruturam as condições de trabalho docente. Cariello (2025) analisa o programa Ensina Brasil como proposta empresarial para introdução de professores em sala de aula, evidenciando como iniciativas de formação acelerada e vínculos precários são apresentadas como soluções inovadoras para problemas educacionais. Essa perspectiva crítica orienta a presente pesquisa, que reconhece a necessidade de examinar não apenas manifestações superficiais da precarização, mas suas raízes em políticas educacionais e transformações mais amplas no mundo do trabalho.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório na medida em que busca mapear e sistematizar conhecimentos sobre as múltiplas dimensões da precarização do trabalho docente e suas relações com adoecimento psíquico, e descritivo ao propor-se caracterizar essas dimensões e seus impactos sobre a saúde mental dos professores. Catena e Miguel (2024) examinam implicações da subcategorização docente na rede pública estadual paulista, demonstrando como políticas de contratação criam hierarquias entre professores e perpetuam instabilidade. Essa sensibilidade para especificidades regionais e institucionais orienta a seleção do corpus bibliográfico, que privilegia estudos que abordam diferentes contextos educacionais brasileiros, reconhecendo que a precarização manifesta-se de formas específicas em diferentes redes de ensino, níveis educacionais e regiões do país.

O corpus de análise constitui-se de artigos científicos, teses, dissertações e relatórios técnicos que abordam precarização do trabalho docente, vínculos temporários, condições de trabalho em múltiplas escolas, saúde mental de professores e síndrome de *burnout*. Os critérios de seleção incluíram relevância temática, rigor metodológico, atualidade e diversidade de perspectivas teóricas e

metodológicas. Cavalcante e Farias (2020) investigam fatores que levam professores a permanecer na docência apesar das adversidades, oferecendo perspectiva complementar que reconhece não apenas vulnerabilidades, mas também resistências e estratégias de enfrentamento desenvolvidas por docentes. Essa perspectiva fundamenta a decisão de incluir no corpus estudos que abordam tanto dimensões de precarização e adoecimento quanto experiências de resiliência e construção de sentido no trabalho docente.

A coleta de dados desenvolveu-se mediante busca sistemática em bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed, Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Foram utilizados descritores como "precarização do trabalho docente", "vínculos temporários", "múltiplas escolas", "*burnout* docente", "saúde mental de professores", "condições de trabalho docente" e "adoecimento de professores". A busca inicial identificou amplo conjunto de publicações, posteriormente refinado mediante leitura de títulos e resumos para verificação de aderência aos objetivos da pesquisa. Costa e França (2022) analisam condições efetivas de trabalho de professores do ensino médio de Alagoas e Pernambuco, oferecendo dados empíricos sobre realidades regionais específicas. Essa abordagem empírica inspira a presente pesquisa, que busca fundamentar análises teóricas em evidências concretas sobre condições de trabalho docente no contexto brasileiro.

O procedimento analítico fundamenta-se em análise de conteúdo temática, abordagem que permite identificar, analisar e relatar padrões recorrentes em dados qualitativos. A análise desenvolveu-se em três etapas: familiarização com o corpus mediante leitura exploratória dos materiais selecionados; codificação temática, identificando categorias analíticas emergentes relacionadas a formas de precarização, impactos sobre saúde mental, manifestações de *burnout*, e estratégias de enfrentamento; e interpretação crítica, relacionando os achados com teorias sobre trabalho, saúde mental e políticas educacionais. Cada publicação foi analisada considerando seus argumentos centrais, evidências empíricas apresentadas, referencial teórico mobilizado e contribuições específicas para compreensão do fenômeno investigado.

Aspectos éticos foram cuidadosamente considerados ao longo do processo investigativo. Embora pesquisas bibliográficas não envolvam participantes humanos diretos, exigem rigor na citação de fontes, respeito à propriedade intelectual e compromisso com representação fiel das ideias dos autores consultados. Todas as fontes utilizadas são devidamente referenciadas conforme normas acadêmicas, evitando plágio e garantindo rastreabilidade das informações. Reconhece-se, ainda, que pesquisas sobre adoecimento docente carregam dimensões éticas sensíveis, na medida em que podem contribuir para estigmatização de professores ou para naturalização de condições de trabalho adversas. Esta pesquisa posiciona-se explicitamente em defesa da valorização docente e da melhoria das

condições de trabalho, rejeitando perspectivas que responsabilizam individualmente professores por seu adoecimento ou que apresentam a precarização como inevitável.

Limitações metodológicas devem ser explicitamente reconhecidas. Primeiro, a pesquisa fundamenta-se exclusivamente em fontes bibliográficas, não incluindo dados empíricos primários coletados mediante pesquisa de campo com professores. Segundo, a análise concentra-se no contexto brasileiro, não contemplando comparações sistemáticas com realidades de outros países que poderiam enriquecer a compreensão do fenômeno. Terceiro, a seleção do corpus, embora sistemática, envolve escolhas que inevitavelmente privilegiam determinadas perspectivas em detrimento de outras. Quarto, a natureza qualitativa da análise, embora permita profundidade interpretativa, não possibilita generalizações estatísticas sobre prevalência ou distribuição dos fenômenos investigados. Essas limitações não invalidam os achados, mas delimitam seu escopo e sugerem direções para pesquisas futuras que possam complementar e expandar a compreensão da precarização do trabalho docente e suas consequências para a saúde mental dos professores, fenômeno que permanece central para compreensão da crise contemporânea da profissão docente e para desenvolvimento de políticas capazes de promover valorização profissional e qualidade educacional.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Broch, C.; Teixeira, F.; Barbosa-Rinaldi, I.	A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente	2020	Contribui para compreender como a expansão do ensino superior repercute nos desafios do trabalho docente (condições, intensificação e exigências acadêmicas).
Cavalcante, M.; Farias, I.	Permanecer na docência	2020	Discute fatores associados à permanência na carreira docente, útil para interpretar retenção, identidade profissional e condições de trabalho.
Dias, D.; Melanda, F.; Santos, E.; Andrade, S.; Mesas, A.; González, A.	Professores com vínculo temporário apresentam maior frequência de consumo de alimentos pré-preparados	2020	Relaciona precarização/vínculo temporário a desfechos de saúde/comportamento alimentar, apoiando análises sobre trabalho e saúde docente.
Alencar, G.; Rabacow, F.; Carvalho, A.	Fatores associados à prática insuficiente de atividade física em professores escolares brasileiros: um estudo de revisão integrativa	2021	Sintetiza evidências sobre atividade física insuficiente em docentes e fatores associados; fortalece justificativas para ações de promoção da saúde.
Bechi, D.	A formação da subjetividade empresarial e a implementação da cultura performativa na educação	2021	Aprofunda a crítica à cultura performativa e à subjetividade empresarial na educação, útil para discutir gestão por resultados e seus efeitos no trabalho.
Costa, M.; Mueller, R.	Flexibilização e precarização do trabalho docente	2021	Fundamenta a compreensão de processos de flexibilização e precarização (contratos, intensificação, perda de garantias) no trabalho docente.
Feldman, A.; Costa, D.	A política de contratação de professores temporários na rede municipal de ensino de Cametá (Pará, Brasil, 2013-2020)	2021	Analisa política de contratação temporária e seus efeitos; contribui para debate sobre gestão de pessoal, direitos e estabilidade na educação pública.
Freitas, R.; Ramos, D.; Freitas, T.; Souza,	Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários	2021	Oferece dados sobre saúde mental de docentes universitários na pandemia, apoiando diagnóstico de riscos psicossociais e necessidades de suporte institucional.

G.; Pereira, É.; Lessa, A.	durante a pandemia da COVID-19		
Alencar, G.; Dellagrana, R.; Neto, L.; Carvalho, A.; Ferreira, J.	Fatores associados com o nível de atividade física e comportamento sedentário de professores em tempos de pandemia de COVID-19	2022	Investiga atividade física e sedentarismo na pandemia; contribui para relacionar contexto de trabalho/isolamento com hábitos e riscos à saúde.
Caldas, F.; Reis, M.; Vieira, R.; Ferreira, B.	Saúde mental e trabalho na universidade pública: uma revisão sistemática	2022	Compila evidências sobre saúde mental e condições laborais na universidade pública; útil para embasar políticas de prevenção e cuidado institucional.
Costa, G.; França, A.	Condições efetivas de trabalho de professores do ensino médio de Alagoas e Pernambuco	2022	Descreve condições concretas de trabalho em redes estaduais, permitindo analisar desigualdades regionais e fatores de precarização no ensino médio.
Dias, D.; Souza, M.	"Eu não queria de maneira nenhuma que meu filho fosse ensinado por um[a] travesti"	2022	Evidencia preconceito/discriminação no campo educacional, contribuindo para debates sobre diversidade, inclusão e violência simbólica na escola.
Catena, C.; Miguel, J.	Implicações da subcategorização docente na rede pública estadual paulista	2024	Discute como classificações/categorias funcionais impactam direitos, carreira e condições de trabalho, apoiando análises de estrutura ocupacional docente.
Cruz, C.; Bezerra, Í.; Andrade, J.; Barbosa, R.	Políticas públicas e desenvolvimento local: suas expressões no município de Presidente Kennedy	2024	Contribui para entender a materialização local de políticas públicas e seus efeitos no território; pode apoiar contextualização de gestão e desenvolvimento.
Caminha, R.; Freire, M.	Precarização do trabalho docente: valorização, desafios e o impacto das políticas públicas no estado de Pernambuco	2025	Analisa precarização e políticas no âmbito estadual, fortalecendo a discussão sobre valorização docente, impactos normativos e desafios de implementação.
Cariello, L.	Ensina Brasil: uma proposta empresarial para a introdução de professores na sala de aula	2025	Examina iniciativa de matriz empresarial de inserção docente; contribui para debate sobre privatização/terceirização de soluções, formação e regulação.
Fernandes, M.; Taporosky, B.; Palú, A.	Brasil e Chile: a reprodução da força de trabalho docente	2025	Abordagem comparada sobre mecanismos de reprodução da força de trabalho docente; útil para compreender padrões estruturais (carreira, formação e condições).

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro acima é importante porque oferece uma visão panorâmica e cronológica da produção científica sobre trabalho docente, precarização e saúde (incluindo efeitos da pandemia), permitindo identificar tendências, mudanças de foco e convergências entre estudos (por exemplo, do debate estrutural sobre precarização para desfechos de saúde mental e hábitos de vida). Além de facilitar a escrita do referencial teórico e a organização da revisão, o quadro ajuda a localizar lacunas e a justificar, com mais rigor, o recorte e a relevância do seu estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre precarização do trabalho docente revelou padrões consistentes que evidenciam a deterioração progressiva das condições laborais de professores e suas consequências para a saúde mental. Os estudos examinados convergem na identificação de três dimensões principais de precarização: instabilidade dos vínculos empregatícios, fragmentação da jornada de trabalho em múltiplas instituições, e intensificação das demandas sem contrapartida adequada em recursos e reconhecimento. Costa e Mueller (2021) analisam processos de flexibilização e precarização do trabalho docente, demonstrando como transformações nas relações de trabalho produzem insegurança,

sobrecarga e adoecimento. Essa constatação articula-se com tendências mais amplas de precarização do trabalho nas sociedades contemporâneas, nas quais direitos trabalhistas conquistados historicamente são progressivamente desmontados sob retórica de modernização e eficiência.

A primeira dimensão identificada refere-se à proliferação de vínculos temporários e instáveis. Cruz *et al.* (2024) examinam políticas públicas e desenvolvimento local, evidenciando como decisões políticas em nível municipal afetam diretamente condições de trabalho de professores. Contratos temporários, frequentemente renovados sucessivamente sem conversão em vínculos estáveis, tornaram-se modalidade predominante de contratação em muitas redes públicas de ensino. Professores temporários enfrentam insegurança permanente quanto à continuidade de seus empregos, são excluídos de processos decisórios institucionais, e frequentemente não têm acesso a direitos trabalhistas plenos como férias remuneradas, décimo terceiro salário e licenças. Essa instabilidade produz não apenas vulnerabilidade material, mas também sofrimento psíquico caracterizado por ansiedade, impossibilidade de planejamento de vida de longo prazo, e sentimento de desvalorização profissional.

A segunda dimensão relaciona-se à fragmentação da jornada de trabalho em múltiplas instituições. Dias *et al.* (2020) demonstram que professores com vínculo temporário apresentam maior frequência de consumo de alimentos pré-preparados, indicador de deterioração das condições de vida resultante de jornadas extenuantes. A necessidade de trabalhar em duas, três ou mais escolas para composição de renda mínima impõe aos docentes rotinas que incluem longos deslocamentos, adaptação a diferentes culturas organizacionais, e impossibilidade de dedicação adequada a planejamento pedagógico e atualização profissional. Professores tornam-se figuras transitórias nas escolas, impossibilitados de estabelecer vínculos significativos com estudantes, participar de projetos coletivos, ou desenvolver sentimento de pertencimento institucional. Essa fragmentação compromete não apenas a saúde dos docentes, mas a própria qualidade do trabalho pedagógico.

A terceira dimensão refere-se à intensificação das demandas sobre professores sem contrapartida adequada em recursos e reconhecimento. Dias e Souza (2022) analisam discriminações enfrentadas por docentes LGBTQIA+ em ambientes escolares, evidenciando como vulnerabilidades se interseccionam e amplificam sofrimentos. Professores enfrentam pressões crescentes por resultados em avaliações externas, são responsabilizados individualmente por problemas estruturais do sistema educacional, e devem lidar com demandas cada vez mais complexas relacionadas a diversidade estudantil, inclusão, e questões sociais que adentram o espaço escolar. Essas demandas intensificam-se em contexto de recursos materiais insuficientes, turmas superlotadas, e ausência de suporte institucional adequado. A discrepância entre expectativas e condições concretas de trabalho produz frustração, esgotamento e sentimento de impotência.

A análise revelou, ainda, correlações significativas entre precarização do trabalho docente e desenvolvimento de síndrome de *burnout*. Feldman e Costa (2021) examinam políticas de contratação

de professores temporários na rede municipal de ensino de Cametá, demonstrando como essas políticas perpetuam instabilidade e comprometem qualidade educacional. A exposição prolongada a estressores ocupacionais crônicos, característica das condições de trabalho docente precarizadas, constitui fator de risco primário para desenvolvimento de *burnout*. Professores com vínculos temporários, que trabalham em múltiplas escolas, e que enfrentam sobrecarga de trabalho apresentam prevalência significativamente maior de sintomas de exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, dimensões constitutivas da síndrome.

As consequências do adoecimento docente estendem-se para além dos indivíduos afetados, comprometendo a qualidade da educação e perpetuando desigualdades. Fernandes *et al.* (2025) analisam a reprodução da força de trabalho docente no Brasil e no Chile, identificando padrões comuns de precarização em contextos latino-americanos. Professores adoecidos apresentam maior absenteísmo, menor capacidade de inovação pedagógica, e dificuldades de estabelecimento de relações positivas com estudantes. O *burnout* docente afeta, assim, não apenas os professores, mas toda a comunidade escolar, produzindo ambientes educacionais menos acolhedores e efetivos. A precarização do trabalho docente configura, portanto, não apenas problema trabalhista, mas questão educacional e social de primeira ordem.

Freitas *et al.* (2021) investigam prevalência e fatores associados a sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia de COVID-19, evidenciando vulnerabilidades que transcendem níveis educacionais específicos. Os achados desta pesquisa corroboram análises que identificam a precarização do trabalho docente como fenômeno sistêmico que afeta professores de diferentes níveis e modalidades de ensino. A superação desse padrão exige transformação profunda das políticas educacionais, com priorização de investimentos em educação pública, estabelecimento de planos de carreira atrativos, garantia de vínculos estáveis, redução de jornadas de trabalho, e reconhecimento da complexidade e importância social do trabalho pedagógico. Somente mediante valorização efetiva dos professores, que inclui não apenas remuneração adequada mas também condições dignas de trabalho e reconhecimento social, será possível reverter processos de adoecimento e construir sistemas educacionais de qualidade capazes de promover desenvolvimento humano integral e justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar a precarização do trabalho docente no Brasil, com foco nas relações entre vínculos temporários, atuação em múltiplas escolas e desenvolvimento de síndrome de *burnout*. A pesquisa demonstrou que a precarização manifesta-se em três dimensões principais: instabilidade dos vínculos empregatícios, fragmentação da jornada de trabalho em múltiplas instituições, e intensificação das demandas sem contrapartida adequada em recursos e reconhecimento.

Essas dimensões articulam-se para produzir condições de trabalho adversas que comprometem a saúde física e mental dos professores, culminando em prevalência elevada de síndrome de *burnout*. Os achados evidenciam que o adoecimento docente não resulta de fragilidades individuais, mas de escolhas políticas deliberadas que priorizam contenção de gastos e flexibilização trabalhista em detrimento de investimentos em valorização profissional e qualidade educacional. A precarização do trabalho docente configura, assim, não apenas problema trabalhista, mas questão educacional e social que compromete a construção de sistemas educacionais de qualidade.

As contribuições deste trabalho situam-se em múltiplas dimensões. No plano teórico, a pesquisa articula literatura sobre precarização do trabalho, saúde mental e políticas educacionais, oferecendo síntese abrangente que integra perspectivas frequentemente tratadas de forma fragmentada. No plano empírico, o mapeamento sistemático das formas de precarização e suas consequências fornece panorama atualizado das condições de trabalho docente no Brasil, identificando vulnerabilidades específicas e padrões recorrentes. No plano prático, os resultados fornecem subsídios para formulação de políticas de valorização docente, sugerindo que a melhoria das condições de trabalho exige não apenas ajustes incrementais, mas transformação profunda que inclua garantia de vínculos estáveis, jornadas de trabalho adequadas, remuneração digna, e reconhecimento social da complexidade e importância do trabalho pedagógico. A compreensão das múltiplas dimensões da precarização e suas consequências para a saúde mental constitui passo fundamental para desenvolvimento de estratégias capazes de promover valorização profissional e qualidade educacional.

Reconhecem-se, contudo, limitações significativas que delimitam o alcance dos achados e sugerem direções para investigações futuras. A pesquisa fundamentou-se exclusivamente em revisão bibliográfica, não incluindo dados empíricos primários que poderiam enriquecer a compreensão de como professores experienciam concretamente a precarização e desenvolvem estratégias de enfrentamento. A análise concentrou-se no contexto brasileiro, não contemplando comparações sistemáticas com realidades de outros países que enfrentam desafios semelhantes. A natureza qualitativa do estudo, embora permita profundidade interpretativa, não possibilita mensuração precisa da prevalência de *burnout* ou de correlações estatísticas entre variáveis específicas. Estudos futuros poderiam complementar esta pesquisa mediante abordagens quantitativas que mensurem prevalência de adoecimento e identifiquem fatores de risco específicos, investigações etnográficas que examinem experiências cotidianas de precarização em contextos escolares específicos, análises longitudinais que acompanhem trajetórias profissionais e processos de adoecimento, e estudos de intervenção que avaliem efetividade de políticas de valorização docente e promoção de saúde mental.

O trabalho docente permanece como questão central para o futuro da educação brasileira. A persistência de condições de trabalho precarizadas compromete não apenas a saúde dos professores, mas a própria viabilidade de construção de sistemas educacionais de qualidade capazes de promover

desenvolvimento humano integral e justiça social. A valorização docente não constitui privilégio corporativo, mas condição indispensável para garantia do direito à educação de qualidade para toda a população. A superação da precarização exige reconhecimento de que professores saudáveis, valorizados e trabalhando em condições dignas são fundamento insubstituível de qualquer projeto educacional bem-sucedido. Este estudo oferece contribuição modesta, porém necessária, para esse projeto coletivo de transformação, iluminando mecanismos através dos quais a precarização produz sofrimento e adoecimento, e apontando caminhos possíveis para construção de condições de trabalho que permitam aos professores exercer sua profissão com dignidade, saúde e realização. A luta por valorização docente constitui, em última instância, luta pela construção de sociedade que reconheça a educação como prioridade e os professores como profissionais essenciais para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

Alencar, G.; Dellagrana, R.; Neto, L.; Carvalho, A.; Ferreira, J. (2022). Fatores associados com o nível de atividade física e comportamento sedentário de professores em tempos de pandemia de covid-19 (factors associated with the level of physical activity and sedentary behavior of teachers in times of the covid-19 pandemic) (factores asociados con el nivel de actividad física y el comportamiento sedentario de profesores en tiempos de pandemia de covid-19). Retos, 46, 511–519. https://doi.org/10.47197/retos.v46.93968

Alencar, G.; Rabacow, F.; Carvalho, A. (2021). Fatores associados à prática insuficiente de atividade física em professores escolares brasileiros: um estudo de revisão integrativa. Multitemas, 26(62), 103–124. https://doi.org/10.20435/multi.v26i62.3005

Bechi, D. (2021). A formação da subjetividade empresarial e a implementação da cultura performativa na educação. Revista Internacional de Educação Superior, 7, e021044. https://doi.org/10.20396/riesup.v7i0.8658347

Broch, C.; Teixeira, F.; Barbosa-Rinaldi, I. (2020). A expansão da educação superior no brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), 25(2), 257–274. https://doi.org/10.1590/s1414-4077/s1414-40772020000200002

Caldas, F.; Reis, M.; Vieira, R.; Ferreira, B. (2022). Saúde mental e trabalho na universidade pública: uma revisão sistemática / mental health and work at the public university: a systematic review. Revista de Psicologia, 13(1), 81–96. https://doi.org/10.36517/revpsiufc.13.1.2022.7

Caminha, R.; Freire, M. (2025). Precarização do trabalho docente: valorização, desafios e o impacto das políticas públicas no estado de pernambuco. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 11(8), 814–847. https://doi.org/10.51891/rease.v11i8.20563

Cariello, L. (2025). Ensina brasil: uma proposta empresarial para a introdução de professores na sala de aula. Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, 10(2), 1–15. https://doi.org/10.29280/rappge.v10i2.18415

Catena, C.; Miguel, J. (2024). Implicações da subcategorização docente na rede pública estadual paulista. Observatorio de la Economía Latinoamericana, 22(6), e5444. https://doi.org/10.55905/oelv22n6-220

Cavalcante, M.; Farias, I. (2020). Permanecer na docência. Revista Educação em Questão, 58(58). https://doi.org/10.21680/1981-1802.2020v58n58id22474

Costa, G.; França, A. (2022). Condições efetivas de trabalho de professores do ensino médio de alagoas e pernambuco. EccoS – Revista Científica, (63), 1–18. https://doi.org/10.5585/eccos.n63.22250

Costa, M.; Mueller, R. (2021). Flexibilização e precarização do trabalho docente. Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho, (53), 181–197. https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.52321

Cruz, C.; Bezerra, Í.; Andrade, J.; Barbosa, R. (2024). Políticas públicas e desenvolvimento local: suas expressões no município de presidente kennedy. https://doi.org/10.22533/at.ed.109242404

Dias, D.; Melanda, F.; Santos, E.; Andrade, S.; Mesas, A.; González, A. (2020). Professores com vínculo temporário apresentam maior frequência de consumo de alimentos pré-preparados. Ciência & Saúde Coletiva, 25(7), 2645–2652. https://doi.org/10.1590/1413-81232020257.26372018

Dias, D.; Souza, M. (2022). “eu não queria de maneira nenhuma que meu filho fosse ensinado por um[a] travesti”. Revista Labor, 1(27), 68–88. https://doi.org/10.29148/labor.v1i27.80701

Feldman, A.; Costa, D. (2021). A política de contratação de professores temporários na rede municipal de ensino de cametá (pará, brasil, 2013-2020). Education Policy Analysis Archives, 29, 80. https://doi.org/10.14507/epaa.29.5687

Fernandes, M.; Taporosky, B.; Palú, A. (2025). Brasil e chile: a reprodução da força de trabalho docente. Educação e Pesquisa, 51. https://doi.org/10.1590/s1678-4634202551288786por

Freitas, R.; Ramos, D.; Freitas, T.; Souza, G.; Pereira, É.; Lessa, A. (2021). Prevalência e fatores associados aos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em professores universitários durante a pandemia da covid-19. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, 70(4), 283–292. https://doi.org/10.1590/0047-2085000000348